

A OUTRA ÉTICA: DESAFIOS PROPOSTOS PELA TRADUÇÃO CULTURAL (COM BREVE REFLEXÃO SOBRE DISCURSOS NÃO-LITERÁRIOS)¹

MARIA SOFIA PIMENTEL BISCAIA

Palavras-chave: Tradução Cultural, Ética, Transdisciplinaridade, Ideologia, Dominação/Resistência Linguística e Cultural

Keywords: Cultural Translation, Ethics, Transdisciplinarity, Ideology, Linguistic and Cultural Domination/Resistance

1. Brevíssima Introdução Histórico-Contextual com Referência a Elementos Relevantes

Até à segunda metade do século XX, os Estudos da Tradução encontravam-se presos num debate que é geralmente considerado estéril e vicioso entre defensores da tradução literal e a tradução livre, por vezes com a intrusão do conceito da tradução fiel. O debate remonta mesmo a Cícero (século I AEC) e a São Jerónimo (século IV da EC), padroeiro da Tradução pelo trabalho que desenvolveu na tradução da Bíblia para Latim, ambos postulando que uma tradução não necessita de seguir a regra palavra a palavra e que deve, ao invés, preservar o estilo geral de um texto, a força da língua e ter em atenção o uso na língua de chegada (LC).

Nos séculos XVII e XVIII, no espaço europeu (Dryden, Dolet e Tytler) o debate ainda se desenvolvia nos mesmos moldes. Dryden estabelece 3 categorias: a metáfrase (à letra, que Dryden considera uma tarefa servil e tola), a paráfrase (uma tradução com latitude) e a imitação (tradução livre ou adaptação). Dryden fez, pelo menos, uma tentativa de sistematização que só nos anos de 1950 e 1960 viria a assumir moldes realmente específicos com a introdução das teorias linguísticas, centradas sobretudo no debate sobre sentido e equivalência. Na esteira de Ferdinand de Saussure na conceção de signo linguístico como composto de

¹ Este texto foi escrito com atenção às questões do género na materialização da língua, adotando-se o critério da ordem alfabética sempre que pertinente.

significante (signo escrito ou falado) e significado (signo referente ao conceito), a filosofia estruturalista do formalista russo Roman Jakobson influenciará, por sua vez, o perito em Estudos Bíblicos Eugene Nida. Nida introduz o conceito da ciência da Tradução, e estabelece como objetivo primário da Tradução o efeito equivalente, apesar de vir a reconhecer a sua inexequibilidade. A grande inovação de Nida foi a de se distanciar do colete-de-forças estruturalista na direção das novas ideias da Linguística, nomeadamente aquelas ligadas à gramática generativa-transformacional e a Noam Chomsky. Nida formula dois tipos de equivalência: formal – focado na mensagem nos seus aspetos de forma e conteúdo – e dinâmica – pretende-se replicar a relação entre mensagem e recetor/a na LC idêntica à encontrada na língua de partida (LP). A mensagem deve ser modelada tendo em atenção as necessidades linguísticas da/o recetor/a, as expectativas culturais e naturalidade expressiva. O foco de Nida é, portanto, a/o recetor/a.

As teorias funcionalistas e comunicativas encararam a Tradução como um processo com elementos extra-linguísticos importantes. Com início na Alemanha das décadas de 1970 e 1980, o modelo funcionalista pensa a Tradução como um ato de comunicação intercultural. Katharina Reiss começa a abordar a tradução segundo tipologias textuais e de género e de funções da língua. Mas a teoria que ganhou mais popularidade foi a de Hans Vermeer, a teoria de *skopos* (objetivo), que considera a Tradução de acordo com objetivos estratégicos: *a da função do texto de chegada na cultura de chegada*.

As abordagens de análise de discurso e registo concentram-se num modelo segundo o qual as escolhas linguísticas se relacionam com as funções comunicativas e o contexto sociocultural. Mona Baker analisa o grau de coesão temática e estrutural dos textos enquanto Basil Hatim e Ian Mason discutem o modo como as relações sociais e de poder são negociadas na e transmitidas através da Tradução, iniciando uma preocupação nos Estudos da Tradução com os aspetos ideológicos que constituem o cerne das abordagens orientadas para a cultura. Mas também as abordagens sistémicas têm relevância. Itamar Even-Zohar (teoria polissistémica) contesta a Tradução como fenómeno de natureza e fronteiras definitivamente marcadas. É antes uma atividade dependente das relações dentro de um determinado sistema cultural com resultados materiais vitais para a comunidade em que é exercida na medida em que constrói, entre outros produtos culturais, identidades nacionais.

As teorias que remetem para os Estudos Culturais são várias: desde o conceito de reescrita (André Lefevere e a literatura comparada), de

ideologia (relações de poder, a ideologia e o patrocínio/patronado; poética dos sistemas literários e culturais), de género (Sherry Simon) e da teoria da tradução pós-colonial (Gayatri C. Spivak, Homi Bhabha, Kwame Anthony Appiah, Susan Bassnett, Else Vieira entre outros). A próxima secção expande alguns dos pontos mais importantes.

2. Tradução Cultural, Transdisciplinaridade e Ética

Um dos maiores, se não o maior, contributo realizado nos últimos anos nos Estudos da Tradução foi a integração do aspeto cultural de modo central e não apenas relacionado com questões tradutológicas. Suponhamos que um/a leitor/a espanhol/a, argentina/o ou australiana/o se depara com a unidade “fatwa”. É expectável que tais leitoras/es necessitem do recurso à técnica de amplificação (adição de conteúdo informativo). Esta presunção não se coloca, comparativamente, a um/a cidadã/o iraniana/o já que no seu país faz parte das obrigações individuais e sociais conhecer a Lei que um especialista legal pronuncia em relação a determinada matéria (“fatwa”). Se depois do mediático Caso Rushdie no final da década de 1980 o termo se popularizou no mundo ocidental, mesmo com pronunciamentos posteriores declarados contra personalidades como a escritora Taslima Nasreen e o político holandês Geert Wilders, o termo tendeu a cair no esquecimento coletivo em território ocidental. Para além da questão cultural (e ideológica) propriamente dita, o rápido processo de evolução da memória coletiva deve ser tomado em consideração. Outro exemplo remete-nos para a legendagem televisiva que amiúde espelha a distância em matéria de maturidade da gestão linguística entre culturas no que diz respeito à transmissão de ideologias e valores, com evidente repercussão nos interesses individuais e sociais da/o tradutor/a (e presumidamente resultado igualmente dos programas de formação em Tradução). A título de exemplo: no programa de culinária *Guy's Big Bite* a tradução proposta de “compost” é “lixo”, revelando o menor impacto das questões ambientais na sociedade portuguesa apesar de várias ações autárquicas e governamentais. Somos levadas/os a questionar se a Windows fosse uma empresa portuguesa se ainda teríamos balde de lixo no nosso Ambiente de Trabalho. Mas questões de maior impacto são testemunhadas diariamente nos nossos ecrãs. Traduções grosseiras de “black (person)” como “preto”, “gay” como “maricas” e “transgender” como “transsexual” são tristemente demasiado frequentes para necessitar de menção a programa televisivo específico e prova do hermetismo cultural português em certas matérias. São expressões, contudo, de uma

sociedade que tende ignorar os seus preconceitos, enraizados numa cultura patriarcal branca que se afirma demasiadas vezes não-racista, levantado as suspeitas da/o a/o cidadã/o atenta/o.

Influenciada diretamente pelos princípios pós-estruturalistas e desconstrutivistas, a “nova ética” da Tradução Cultural distancia-se de noções de Tradução “autêntica” e mesmo do conceito de equivalência. Pretende arrancar a/o tradutor/a da invisibilidade advogada centenariamente e enfatizar o papel tanto da atividade como dos seus profissionais na constituição ideológica de uma sociedade. A Tradução Cultural passa a partir dos anos de 1990 a ser estudada como um fenómeno de repercussões muito mais alargadas que incluem aspetos primordiais como as condições e controlo de poder (questões de dominação) ao nível profissional mas, talvez até mais importante, também a nível de relações nacionais e internacionais. O texto de partida assim como o texto de chegada são reconhecidamente produtos e produtores de discursos, subordinações e desigualdades em termos que são abordados diferentemente por vários teóricos. Por discurso entendemos, e seguindo Michel Foucault cuja conceção de discurso é aquela que me é útil neste contexto, algo que vai muito além do ato de fala. Discurso é uma área de conhecimento social claramente delimitada, um sistema de asserções através das quais (e através dessas e não de outras) o mundo pode ser apreendido. O pressuposto é que o mundo não existe *per se* para se falar ou agir sobre ele; é discursivamente que ele é construído, que existe.

É também discursivamente que falantes e ouvintes, escritoras/es, leitoras/es e, claro, tradutoras/es, atingem conhecimento acerca de si próprios, das relações que estabelecem e do seu lugar no mundo. Ou seja, só discursivamente se constrói a própria subjetividade. Edward Said, por exemplo, introduziu conceitos incontornáveis como “exotismo” e particularmente “orientalismo” que trazem à luz noções subjacentes de discriminação e de superioridade que se viram em ação no período do Caso Rushdie (o Caso é ainda relevante para esta questão como constatação do papel crucial das/os tradutoras/es já que esteve na origem da agressão física e mesmo a morte de alguns profissionais); Homi Bhabha fala de “hibridez” e “mimetismo”, termos emprestados da Biologia e evidência da permeabilidade entre Ciência e Cultura/Literatura que análises convencionais teimam em perpetuar²; a própria Ciência já leva a

² A título de exemplo, refiro o artigo de Ali R. A. Al-Hassnawi “Aspects of Scientific Translation: English into Arabic Translation as a Case Study”. Mui arrumadamente, Hassnawi refere a dicotomia entre Ciência e Literatura de Hazard Adams que completa com

cabo reflexões paralelas ao desconstrutivismo em Cultura e Literatura sobre o conceito de cientificidade, chamando a atenção para a construção social e ideológica de um “facto” como convenção acordada pelos membros de uma comunidade científica com autoridade para tal. O objetivo dos Estudos em Ciência e Tecnologia (Science and Technology Studies / STS) é o reconhecimento dessas como instituições sociais com determinados interesses ideológicos e políticos (Bauschspies, Croissant e Restivo, 2006).

Mas continuando a exemplificação da construção discursiva de subjetividade/identidade (individual e de grupo), é imprescindível mencionar Gayatri Chakravorty Spivak. Ela será das primeiras a escrever sobre o problema da Tradução e poder entre línguas minoritárias e dominantes, muito claramente o Inglês³. É também Spivak que relaciona o problema da Tradução com a questão pedagógica com o texto *Outside in the Teaching Machine* (1993) e, também tremendamente relevante, a questão da tríade Tradução, gênero e poder que Spivak elabora segundo o conceito de subalternidade⁴. Partindo do ritual hindu *sati*, Spivak lança a questão sobre a qual milhares de páginas já foram escritas, isto é, pode o subalterno, e muito especificamente a subalterna, falar? Vindo de uma área completamente distinta, a economia sociológica, a Tradução Cultural

a sua própria tabela de diferenças de língua entre os textos literário e científico. A minha postura difere desta. Considere-se o contributo terminológico (logo, conceptual) que a Literatura deu à Ciência com “robot”, cunhado por Karel Čapek em *R.U.R.* (1920) e “ciberespaço”, termo de William Gibson em *Neuromancer* (1984). A relação inversa também tem sido prolífica concretizando-se na ficção científica. Nas aulas de Tradução alerto as/os alunas/os para esta inter-relação com um exercício de classificação de textos por tipo e espécie, sendo que por norma sentem dificuldade em estabelecer, sem referências auxiliares, quais se tratam de textos científicos e literários.

³ Spivak começou a sua extraordinária carreira ao traduzir para Inglês um dos tratados filosóficos e sociais mais importantes do final do século XX (1967/1976), *Of Grammatology* de Jacques Derrida, obra incontornável da crítica desconstrutiva com a qual a Tradução Cultural se identifica intimamente. Traduziu, por outro lado, contos de Mahasweta Devi, que, não sendo escritos originalmente numa língua minoritária na Índia, o Bengali, não ocupa decerto o topo das línguas dominantes, as quais são, e fazendo uma leitura informada acerca das questões de poder sobre a produção, circulação e tradução textuais, invariavelmente as ocidentais.

⁴ O pré-contexto de Spivak é Antonio Gramsci e as suas *Lettere dal carcere* (1947, com reedição em 1975 como *Quaderni del carcere* e tradução para Português do Brasil *Cartas do Cárcere*) e o Grupo de Estudos da Subalternidade da Ásia Austral encabeçados por Ranajit Guha. Na sequência do pensamento defendido por estas/es intelectuais, emerge o grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos dentro do qual se têm destacado Ramon Grosfoel e Walter Mignolo. Qualquer um dos grupos tem como missão a desconstrução historiográfica.

encontra pontos dialogantes com Immanuel Wallerstein (e em Portugal Boaventura de Sousa Santos), através da teoria do sistema-mundo, que exprime a ideia da subordinação dos países erroneamente chamados de Terceiro Mundo através da economia, muito especificamente do capitalismo liberal e da globalização, fenómenos ligados ao Iluminismo e aos imperialismos europeus. Na realidade, quase todas estas abordagens reportam à “História” do colonialismo embora não sejam assumidamente (e por vezes até declaradamente se distanciem) dos Estudos Pós-Coloniais.

Estas são algumas, e só algumas, das referências para as quais remete a preocupação em Tradução que ficou conhecida como a viragem cultural (“the cultural turn”). Associada inicialmente com o trabalho de Susan Bassnett e André Lefevere no início da década de 1990, a viragem cultural representa uma tentativa importantíssima de voltar os Estudos da Tradução para os fatores extratextuais relacionados com o contexto cultural, “História” (histórias) e convenções, afastando-se no processo da abordagem formalista e estruturalista. Bassnett e Lefevere postulam em *Translation, History and Culture* (1990) que o estudo da Tradução deveria abraçar as ferramentas da “História” cultural e dos Estudos Culturais de modo a permitir a formulação de perguntas novas tais como, qual é o papel da/o tradutor/a na modelagem do sistema literário ou de qualquer sistema (as suas preocupações são nesse campo mas facilmente extrapoláveis para o campo da ciência e outros), em que negociações de poder se encontram a/os tradutora/es aos exercerem a sua atividade, e qual é o estatuto do texto traduzido. Nesta última instância o que está em causa são hierarquias de poder como original versus cópia, exatamente o mesmo parâmetro subjacente na relação Europa versus Outro, uma relação inscrita pela colonização mas reinscrito pelas assimetrias económicas delas decorrentes e ainda (quase) totalmente intocadas. Podemos incluir como predecessor o teórico cultural do Modernismo brasileiro Oswald de Andrade e o seu “Manifesto Antropofágico” (1928) defendendo a centralidade, em oposição à marginalidade na dicotomia (falaciosa) da Europa / Outro, do brasileiro. Estamos, portanto, perante uma afirmação política, nacionalista e ideológica concretizada através de princípios como o primitivismo⁵, embora a abordagem primitivista e/ou indigenista não esteja livre contradições como se comprova, por exemplo, pelo *O Guarani* de José de Alencar (1857), contradições que devem no entanto ser lidas à luz

⁵ A reformulação positiva de “primitivo” é análoga à que tem atravessado *queer* e *gay*.

do pensamento da época. Sumariamente poder-se-ia descrever a metáfora canibalística como um duplo agente: aquilo que se alimenta (presta homenagem cultural) e no processo destrói (logo usa para os seus fins e descarta) a Europa (corpo a ser devorado). A metáfora canibalística partilha pontos com formas mais recentes de discutir a Tradução como um processo vampírico. Mas com particular relevância para os estudos da Tradução, Haroldo de Campos em “Da Transcrição: Poética e Semiótica da Operação Tradutora” (1987; “transcrição” é usado pela primeira vez em 1977) elabora a teoria que já vem a desenvolver desde os anos de 1960; segundo Campos, temos que aceitar a tese da impossibilidade da tradução (de textos criativos); Tradução será sempre a recriação ou criação paralela, autônoma mas recíproca depreendendo subversão dos polos de poder. A Tradução, segundo Haroldo de Campos, é muito mais do que transportar o texto de um idioma para outro. Elementos da estrutura do poema, como o ritmo e as combinações sonoras (rimas, assonâncias, etc.), são muitas vezes mais importantes do que a semântica das palavras. Por isso, não basta traduzir o sentido das palavras: é preciso recriar o texto, restituir a sua estrutura original num outro idioma. A tradução torna-se assim uma “transcrição”, na conceção de Haroldo de Campos.

Não constituirá portanto surpresa que a viragem cultural da Tradução se tenha feito sentir em áreas das ciências sociais e humanas como a Bioantropologia, a Antropologia Cultural, a Arqueologia e a Etnografia, campos na linha da frente da construção do discurso imperialista sobre o Outro, logo, também de autoconstrução. Note-se a popularidade esmagadora entre as fileiras de cientistas e de *consumidoras/es* de jornais do darwinismo social, diretamente ligado ao racismo científico e à frenologia na segunda metade do século XIX e início do século XX, fenómenos contemporâneos ao nascimento da eugenia (Francis Galton, 1883). Galton definiu eugenia como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. Todos estes discursos do passado e do presente são transdisciplinares (entre as ciências sociais e humanas, médicas e biológicas), reforçando-se (vergonhosamente, por exemplo, na filosofia eugenista nazi) e opondo-se. É portanto primordial, a meu ver, debater o papel da Tradução no *continuum* cultural e na constituição de resistências, objetivo último da mencionada viragem cultural da Tradução que leva muito mais além a questão ética da Tradução, isto é, para além da mera ética do comportamento profissional em relação a metodologias e relacionamento com o cliente; ao consciencializar-se do seu papel na construção do discurso, a/o tradutor/a

aceita uma responsabilidade e a sua função como agente ativo na estruturação do conhecimento e do mundo, construído exatamente pela veiculação de conhecimento.

A postulação agora exposta recupera o antes argumentado em relação a discurso, um ponto que Ian Mason relaciona diretamente com a atividade tradutológica:

[A]lternative world-views and discursive histories create divergent discourses and texts in which a situation of equivalence is normally assumed. [...] Language users have their own discursive history: their previous experience of discourses which, in turn, shapes their own perception and use of discursual features. Discourse is thus both institutional and individual and gives expression to users' attitudes towards any particular state of affairs. It is in this sense that the term is used here. As such, it is of course closely bound to ideology – not in the common sense of a political doctrine but rather as the set of beliefs and values which inform and individual's or institution's view of the world and assist their interpretation of events, facts and other aspects of experience. (86)

É, portanto, a questão discursivo-ideológica que me parece ser urgente debater, particularmente quando assistimos a forças globalizantes que operam no sentido de criar homogeneizações culturais. Talal Asad trouxe a lume de modo esclarecedor esta questão em relação às ciências sociais e nomeadamente da Etnografia. Asad chama a atenção para o facto de os etnógrafos⁶ usarem a metáfora da Tradução para descrever a sua função. A descrição de Godfrey Lienhardt desta função é descrita segundo moldes e na linguagem que refletem os fatores estruturais quando se encara a Tradução como agente de formação cultural: “the problem of describing to others how members of a distant tribe think appears largely as one of translation, of making the coherent primitive thought has in the languages he really lives in, as clear as possible as in our own” (citado em Asad 10). Lienhardt poderá ter tido o mérito de identificar a relação Tradução/Antropologia Social mas as suas palavras denunciam a sua postura etnocêntrica. O etnógrafo, como o tradutor, teria que gerir vários tipos de tradução para explicar outra cultura (Asad recorre a Lienhardt para definir Tradução não como mero processo linguístico mas como modo de pensamento), sendo a tradução literal apenas um dos tipos. Os etnógrafos têm que aprender uma língua que não a sua para poderem comunicar com uma comunidade que não a sua (o Outro) durante o período de investigação no campo. Depois o etnógrafo tem que traduzir conceitos e

⁶ Recorro à forma masculinizada devido ao contexto temporal a que Asad remonta. Da mesma forma procederei neste ponto em relação a “tradutor”.

termos de outra língua para a sua, frequentemente quando não existem equivalentes. Este processo é potencialmente produtivo já que enriquece linguística e culturalmente a língua de chegada.

Contudo, como Susan Bassnett e Harish Trivedi contestaram mais recentemente (1999), este é um processo essencialmente unidirecional, em que os textos não-ocidentais são sujeitos à tradução e à autoridade ocidentais, num processo de apropriação típico de ações neocolonialistas. Se nos recorrermos da metáfora de Lawrence Venuti, a Tradução, quando considerada para além das quatro paredes do escritório onde trabalhamos, é um fenómeno de violência linguística mas também um fenómeno de violência cultural. Fora das quatro paredes, a Tradução após a vaga de fervor científico do século XIX, emerge filtrada como prática institucionalizada em que institucionalização significa um panorama alargado de juízos de valor sobre sociedades não-ocidentais. A Tradução surge num quadro de conceitos abstratos e lógicos (validados permanentemente com o selo de cientificidade) cujo *status* está predefinido pelas interligações com outras disciplinas; a Tradução surge num enquadramento em que discursos políticos específicos mobilizam ou direcionam comportamentos sociais ditados por situações culturais e históricas particulares. Recordo, por exemplo, o ressurgimento do discurso religioso dentro do partido Republicano após o 11 de Setembro e de termos como “eixo do mal” acompanhados da caracterização dos povos islâmicos, convenientemente homogeneizados, por George Bush como “infiéis”, aludindo inerentemente ao espírito das cruzadas. O resultado foi/é a construção de um discurso islamofóbico, de divisão e de intolerância. O que Asad observa é que a Tradução, como a própria Etnografia, realiza um processo de textualização das culturas que as circunscreve a estruturas reducionistas em nome da sua absorção pelas línguas/culturas ocidentais. Por estas razões, Venuti discorda das postulações do modelo “científico” (leia-se linguístico, de Nida), já que não tem em conta a natureza dos valores dos contextos socioculturais.

Na mesma linha de pensamento, há que extrapolar para a tradução de representações de povos não-ocidentais, por exemplo na museologia etnográfica. Como é sabido, estes museus foram no passado locais de espetáculo das maravilhas do mundo (humanas e demais)⁷ que as forças

⁷ Estes museus estavam em perfeita sintonia com os infames zoos humanos que proliferaram na Europa no final do século XIX e primeira metade do século XX. A herança dessa tradição museológica ainda está patente em muitos museus

imperiais europeias conseguiram conquistar e, desse modo, provar a sua superioridade sobre elas. Os objetos sujeitos a museificação são necessariamente desenraizados e seguidamente selecionados e catalogados segundo localização e função, tornando-se metonímias das culturas a serem representadas. No processo algum significado é perdido e outro acrescentado. Este é o argumento apresentado por Kate Sturge que salienta ainda que a resignificação/reescrita é um processo, tal como qualquer outro tipo de tradução, uma matéria política determinada por múltiplos fatores. Ou seja, um museu etnográfico afirma representar povos em forma traduzida, oferecendo uma leitura num “idioma” familiar, quer seja o da taxonomia científica quer o da maravilha do Outro.

O processo de tradução cultural, tal como é e deve ser visto hoje, está ciente das condições de poder em que se materializa; retomando o texto de Asad, uma das condições é a da autoridade da/o etnógrafa/o cuja missão é descortinar os significados implícitos das sociedades subordinadas (ou como Spivak poria, subalternizadas). Estamos perante, em diferentes graus, uma relação de desigualdade entre a/o etnógrafa/o ou antropóloga/o, que pertence a uma cultura mais poderosa e se dirige a um público académico, e aqueles que sobre quem ela/e escreve ou “traduz”, grupos menos poderosos e frequentemente iletrados, isto é, sem capacidade de contestar essa autoridade e a representação feita deles. Os significados emergentes advêm da decisão da/o etnógrafa/o e não, de facto, do que a/o falante nativa/o descreve sobre si ou fala. Por tal, continua Asad, tanto a representação como a Tradução têm o estatuto de texto científico concretizado como memória histórica. Potencialmente, a produção etnográfica feita por um/a etnógrafa/o a quem a autoridade é reconhecida, retorna para o espaço/cultura representada, contaminando assim posteriores autorrepresentações. Asad chama a atenção para a importante distinção entre contestação e Tradução, sendo que no primeiro caso se presume existir uma relação de igualdade de poder. Por outras palavras, um/a tradutor/a *eticamente* responsável permite-se contestar a/o autor/a, marcando o seu texto mais ou menos claramente, de modo a que a/os leitora/es não sejam desavisadamente feitos cúmplices das atitudes, valores e representações apresentadas pela/o autor/a. É neste sentido que Venuti contesta o estatuto de invisibilidade da/o tradutor/a, a/o qual se foca por um lado em criar um texto fluido na LC, dando a ilusão de transparência, e

etnográficos atuais que tentam escapar à reputação renomeando-se como museus do mundo.

por outro, em expurgar o TC de peculiaridades estilísticas e linguísticas, reforçando o estatuto intocável do autor/a (e da sua autoridade).

Asad contesta assim Ernest Gellner que não reconhece o poder da institucionalização da ciência e da Tradução quando discute o dilema de fundo da/o etnógrafa/ e da/o antropóloga/o e do seu objetivo de não ser etnocêntrica/o (objetivo por vezes falhado por “excesso de caridade”). Asad remete para a força da institucionalização quando escreve:

It would not be difficult to argue that the claims of “enlightened Reason” are *materially* more successful in Third World countries than many relativistic views, that they have exerted greater *authority* than the latter in the development of industrial economies and the formation of nation states. [...] The point is that ‘the absolutist claims of enlightened Reason’ are in effect an *institutionalised force*, and that as such it is by definition committed to *advancing* into and appropriating alien territory. [...] Gellner fails to consider what ‘cultural translation’ might involve when it is considered as institutionalised practice given the wider relationship of unequal societies. For it is not the abstract logic of what individual Western anthropologists *say* in their ethnographies, but the concrete logic of what their countries (and perhaps they themselves) *do* in their relations with the Third World. (15)

O que Asad corretamente deteta é que estamos perante uma situação de desigualdade de poder entre línguas e culturas, isto é, perante formas dominantes e dominadas de discurso (nos excertos que Asad utiliza de outros autores, incluindo de Gellner, encontramos marcas óbvias dessa diferença criada discursivamente, como sejam o uso das terminologias “primitivo” e “selvagem”). Para dismantelar estas formas de dominação discursiva, em que o foco recai invariavelmente na cultura de partida, Venuti propõe uma estratégia subversiva, desconstrutiva diria até: o dismantelamento (“disruption”) da cultura de chegada pela marcação na tradução, no texto de chegada, dos padrões culturais e linguísticos da LP. Ou seja, a/o tradutor/a envolve-se numa nova ética ao contornar a *violência* da tradução, materializada por um processo de *domesticação*, sobre o texto da LP que seria reconstituído de acordo com os valores, crenças e representações pré-existentes na LC. Se o processo de domesticação modela o TP aos valores da cultura de chegada, a *estrangeirização* pressiona a língua de chegada e os seus valores ao registar a *diferença* (sugiro de natureza derridiana) cultural e linguística. O que Venuti propõe é uma metodologia de resistência perante a violência fundamentalmente etnocêntrica da domesticação. A ética da Tradução manifesta-se ao tornar o texto traduzido um lugar onde o Outro se pode fazer sentir. A fluência, um elemento frequentemente discutido em relação à noção de

equivalência, é vista por Venuti como não necessariamente desejável já que faz parte de uma agenda política de fidelidade à cultura de chegada e de neutralização cultural do texto da LP.

A suposta imparcialidade do trabalho tradutório assenta na falácia do humanismo liberal, de universalismo, de comunhão e igualdade entre povos, de uma “essência” humana que transcende culturas, conflitos sociais e experiências históricas. Esta presunção, que subjaz hoje em dia a debates sobre a exportação forçada de valores ocidentais como os direitos humanos, num ambiente que tem sido favorável (embora surjam movimentos como o dos indignados) aos princípios da globalização (mais uma vez um conceito ocidental) não é mais do que “domesticação insidiosa” (Venuti 72). Noutro passo Venuti escreve: “The notion of foreignization can alter the ways translations are read as well as produced because it assumes a concept of subjectivity that is very different from the humanist assumptions underlying domestication” (75). Daí que Venuti refute a equivalência dinâmica de Nida e que Venuti aproxima de precisão (“accuracy”). A equivalência dinâmica é um modo de domesticação, logo de dominação, na medida em que pressupõe a naturalidade de expressão e reconstitui o texto de chegada de modo a que a/o recetor/a possa estabelecer paralelos entre certos modos de comportamento e valores com aqueles que fazem parte da sua própria cultura. Tal é claro na própria obra de tradução de Nida: a tradução da Bíblia está necessariamente marcada sempre já (“always already” ou, no termo derridiano original, *toujours déjà*) pela “História” da Tradução dos textos bíblicos e pelo fator religioso-histórico da cristianização (pelos valores transmitidos e discurso produzido). Venuti, por seu lado, oferece o exemplo esclarecedor da tradução da *Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (1953-74) como parte de uma agenda política em Inglaterra em direção à cientificidade.

3. Conclusão

Declaradamente, o objetivo de Venuti não é da essencialização do Outro (ou estaria a cometer a violência que ele próprio critica). O seu objetivo ainda controverso e enjeitado pelas/os tradutoras/es tanto por dificuldades de formatação teórica como de aplicação na prática coloca um desafio que não pode ser ignorado, o de pela tradução em qualquer disciplina organizar resistência contra o etnocentrismo, o racismo, o narcisismo cultural e formas de neoimperialismo no interesse da democratização das relações geopolíticas (Venuti 78). As preocupações da

Tradução Cultural despertam assim algo novo, a consciência tradutológica movida pela *Ética*, para além do lugar recôndito da *ética* das metodologias profissionais em que não é esquecida a função que a ideologia desempenha em todos os momentos.

Bibliografia

- Al-Hassnawi, Ali R. A. “Aspects of Scientific Translation: English into Arabic Translation as a Case Study”. TranslationDirectory.Com. <http://www.translationdirectory.com/article10.htm>. 15 Março 2012
- Asad, Talal. “The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology”. *Critical Readings in Translation Studies*. Ed. Mona Baker. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010. 7-27
- Bassnett, Susan e Lefevere, André ed. *Translation, History and Culture*. Londres e Nova Iorque: Pinter, 1990
- e Trivedi, Harish ed. *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. Routledge: Londres e Nova Iorque, 1999
- Bauschpries, Wenda K., Croissant, Jennifer e Restivo, Sal. *Science, Technology and Society: A Sociological Approach*. Malden, MA e Oxford: Blackwell, 2006
- Bhabha, Homi K. “How Newness Enters the World: Postmodern Space, Postcolonial Times and the Trials of Cultural Translation”. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994. 303-337
- Hatim, Basil e Mason, Ian. “Ideology”. *The Translator as Communicator*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1997. 119-135
- Mason, Ian. “Discourse, Ideology, and Translation”. *Critical Readings in Translation Studies*. Ed. Mona Baker. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010. 80-95
- Said, Edward. *Orientalism*. Londres: Vintage, 1979
- Spivak, Gayatri C. “The Politics of Translation”. *The Translation Studies Reader*. Ed Lawrence Venuti. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001. 397-416
- *Outside in the Teaching Machine*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1993
- Sturge, Kate. “The Other on Display: The Other in the Ethnographic Museum”. *Representing Others: Translation, Ethnography and Museum*. Manchester: St Jerome Publishing, 2006
- Venuti, Lawrence ed. *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000

- “Translation as Cultural Politics: Régimes of Domestication in English”. *Critical Readings in Translation Studies*. Ed. Mona Baker. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010. 65-79

Resumo: Este artigo aborda a questão ainda bastante descurada da Tradução Cultural em território não-literário. As incursões feitas têm-se, na verdade, limitado quase exclusivamente à tradução do texto literário. Contudo a abordagem aqui apresentada difere dessa já que se coloca num plano mais amplo e que abrange todo o tipo de discursos. Esta perspectiva reflete sobre questões de ideologia, violência e resistência que necessariamente envolvem todo o processo tradutológico. Tais questões tendem a ser menosprezadas pelas/os tradutoras/es mas constituem um aspeto central da sua ação social. Esta é a Ética que os profissionais de Tradução devem reconhecer e incorporar no seu trabalho.

Abstract: This article addresses the by and large neglected question of Cultural Translation in non-literary territories. Reflections have been, in fact, limited almost exclusively to the translation of literary texts. However the approach presented here differs from this one since it covers a larger plan, covering all kinds of discourses. This perspective reflects on issues of ideology, violence and resistance that necessarily involve the process of translation as a whole. Such questions tend to be ignored by translators but they are a material aspect of their social action. This is the ethics of translation professionals must recognize and incorporate into their work.